



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
 Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - São Paulo - SP - www.jfsp.jus.br
 11ª andar

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Objetivo da reunião:	10ª Reunião CONGIP
Horário:	14h00
Local:	Sala de reuniões - 12º andar - Sede da Diretoria do Foro
Assunto:	Segurança dos Fóruns e notícia da aprovação do projeto "e-vara "

Participantes	Função / Cargo	Unidade
Dra. Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni	MM Juíza Federal Diretora do Foro	SJSP
Dr. Caio Moysés de Lima	MM Juiz Federal Vice-Diretor do Foro	SJSP
Dr. Décio Gabriel Gimenez	MM Juiz Federal Vice-Diretor do Foro - Interior	SJSP
Dr. Paulo César Neves Filho	MM Juiz Federal Coordenador da Escola de Servidores	SJSP
Dr. Valter Antoniassi MacCarone	MM Juiz Federal em Campinas - Representante do Polo III	SJSP
Dr. Otávio Henrique Martins Port	MM Juiz Federal Representante da AJUFESP	SJSP
Dra. Alessandra Nuyens Aguiar Aranha	MM Juíza Federal - Santos	SJSP
Dr. Carlos Delgado	MM Juiz Federal Vice-presidente da AJUFE	SJSP
Eduardo Vieira	Diretor de Segurança Institucional SSEG/	TRF3
Maria Helena Almeida Santos	Diretora da Secretaria Administrativa	SJSP

Alessandra Paiva Martins	Chefe de Gabinete da Diretoria do Foro	SJSP
Jane Albuquerque	UAPA	SJSP
Gisele Molinari Fessore	UCIN	SJSP
Izabel Teixeira Leite	UCOL	SJSP
Adriana Piesco de Melo	UGEP	SJSP
Jorge Belchert	UMAD	SJSP
Carla Simone dos Passos Moraes	Representante da UMIN	SJSP
Cristiano Conceição Abílio	UPOF	SJSP
Gilberto Terra	Diretor do Sintrajud	Sintrajud
Marco Antonio Achkar	Diretor do NUAR Santos - Polo II	SJSP
Rogério Fernandes Amaral	Diretor do NUSE	SJSP
Fabio Nunes	Diretor do NUPE	SJSP
Mariana G. de Sá	NUCS	SJSP
Ismael de Assis	NUSE	SJSP
Dr. Marcelo Freiburger Zandavali	MM. Juiz Federal em Bauru - Representante do Polo de gestão V	SJSP
Claudiana Cereda Mayese	Diretora do NUAR de Campinas - Polo III	SJSP
Ricardo Henrique Cannizza	São José do Rio Preto	SJSP

Assuntos tratados

Dra. Luciana iniciou a reunião CONGIP agradecendo a presença de todos. Afirmou que o objeto da reunião é tratar da segurança institucional dos fóruns diante do recente episódio que vitimou a Juíza Federal requisitada pelo E. TRF3.

A seguir a Diretora da UAPA - Jane Albuquerque Nascimento iniciou a apresentação da situação da segurança dos fóruns da Seção Judiciária de São Paulo. Na sequência o Diretor do NUSE - Rogério Fernandes Amaral - fez um detalhamento dos dados da segurança e posteriormente o servidor do E. TRF 3, diretor da área de segurança (SSEG) - Eduardo Vieira que agradeceu o convite e destacou as três linhas de atuação que estão sendo tratadas no âmbito do TRF3: capacitação, normatização e minúcias da atuação dos agentes (equipamentos, protocolos).

Destacou a instalação dos pórticos, catracas em 2016 e enfatizou que o infortúnio gerou a necessidade de nova reflexão acerca da segurança, que estão todos trabalhando para que se possa agregar e encontrar novos caminhos mesmo diante da situação restritiva atual e próxima, mas que com esforços conjuntos pode ser amenizada.

Dra. Luciana agradeceu a presença do assessor do E. TRF3 e na sequência destacou que gostaria de tratar de dois tópicos, sendo o primeiro os raios-X no controle de acesso. Contou que em suas frequentes viagens a Brasília, no CNJ, CJF e semana passada no TST, e que em todos estes edifícios teve que passar pelo raio X, que tal dispositivo é essencial para a segurança dos fóruns, uma vez que não é possível assegurar o comportamento ou o estado emocional de todos os membros de uma determinada categoria profissional. Acrescentou que gostaria de ouvir a todos e destacou que o art. 13 da Resolução 291 do CNJ excetua os magistrados na entrada dos prédios, que apenas estes não se submeteriam à passagem pelo raio-X da entrada dos fóruns.

Dr. Valter Antoniassi Maccarone - MM Juiz Federal em Campinas e representante do Polo III de gestão pediu a palavra para posicionar-se favoravelmente à implantação imediata da Resolução n.º 291 do CNJ. Na sequência o Dr. Paulo Cezar Neves Filho - MM Juiz Coordenador da Escola de Servidores e do Laboratório de Inovação da SJSP pontuou que todos os magistrados e servidores deveriam passar pelo raio X, esvaziando, inclusive, a alegação de equiparação das demais carreiras à previsão normativa de exclusão dos magistrados no controle de acesso, imprimindo maior segurança aos prédios.

Gilberto Terra representante do Sintrajud posicionou-se favoravelmente à Resolução n.º 291 do CNJ, exceto no que concerne à passagem do servidor em seu próprio local de trabalho, e que para adoção de medida para que todos os servidores passem no raio X precisaria de prazo para amnistiação. Dra. Alessandra MM Juíza Federal em Santos - destacou que em locais onde funciona agência bancária é necessário haver um controle mais efetivo por parte da segurança, destacando a necessidade de capacitação dos terceirizados para um melhor atendimento ao jurisdicionado. Com relação ao acesso posicionou-se como o Dr. Paulo Cezar Neves Filho.

O Dr. Otávio Henrique Martins Port, representante da Ajufesp afirmou que o atentado sofrido pela magistrada foi um ato desvairado, excepcional e que após o fato a AJUFESP solicitou sugestões dos magistrados associados, tendo obtido 12 (doze) respostas, sendo que todos que exigiam mais segurança sempre excepcionando o controle de acesso para magistrados e servidores lotados no fórum. Destacou que a ação deve ser prospectiva manifestando sua preocupação diante da aposentadoria de um número considerável de agentes de segurança, tanto no tribunal quanto no primeiro grau. A seguir comentou as propostas recebidas pelos magistrados, dentre elas a de ter-se um banco de dados sigiloso com lista de pessoas que já tenham registro de comportamento não amistoso em prédios públicos. Jane, diretora da UAPA, comentou acerca de expediente SEI que trata do assunto.

Dr. Carlos Delgado MM Juiz Federal Vice Presidente da AJUFE comentou que o poder judiciário tornou-se um alvo em razão do protagonismo assumido pelo judiciário nos últimos anos. Destacou, no entanto que a Justiça Federal tornou-se um alvo, mas um alvo despreparado em termos de segurança. Que há uma preocupação muito grande com segurança mas que há uma vulnerabilidade na Justiça Federal, notadamente se comparada com a Justiça Estadual, uma vez que nos fóruns estaduais há a presença da Polícia Militar fazendo policiamento ostensivo. Essa seria uma medida genérica que no seu ponto de vista asseguraria a segurança dos fóruns. Enfatizou que no contexto atual a estrutura de segurança que conta somente com agentes de segurança dos quadros do judiciário não faz jus à segurança exigida no Poder Judiciário, em razão de sua evidência no contexto social e político. Destacou que a mensagem que deve transparecer à sociedade é de que os prédios públicos da Justiça Federal não são frágeis, como a imagem atual faz transparecer. Posicionou-se contra o controle de acesso para os servidores e magistrados atuantes no fóruns. Dr. Décio posicionou-se favoravelmente à norma do CNJ que a ser ver sinalizou a necessidade de incremento dos controles ao normatizar o tema. Que os problemas envolvendo segurança é nacional, não se restringindo ao Judiciário. Posicionou-se no sentido de controle de acesso irrestrito, exceto para os servidores e magistrados do próprio fórum.

Daniela Galícia servidora representante do Polo IV de Bauru destacou que na região já adotam as medidas propostas e que no fórum de Bauru todos os magistrados já passam pelo controle de acesso.

Dr. Caio sugeriu uma norma de transição para os fóruns da capital e que tal regulamentação não impede a sistematização do controle de acesso.

Dr. Paulo sugeriu algo como o controle que a Polícia Federal faz com os passaportes, com o reconhecimento facial após um cadastramento prévio.

Dra. Luciana afirmou que tratará do normativo e questionou se com o quadro atual de vigilantes seria possível fazer a cobertura nos fins de semana, ou seja, alterar a vigilância e estender o monitoramento à distância nos fins de semana, pois neste período não há restrição no link de rede, possibilitando trocar o monitoramento presencial por virtual. Rogério, diretor do NUSE respondeu que assim poderia ser feito um monitoramento 24h no fim de semana. Dra. Luciana afirmou que a reunião visou demonstrar todo o trabalho que está sendo feito no que concerne à segurança, sempre atentos à necessidade de aprimoramento. Passou a palavra ao Dr. Décio para explicar acerca da implantação do projeto e-vara. Dr. Otávio, representante da AJUFESP comentou da importância do projeto bem como o Dr. Paulo e a Dra. Alessandra. Gilberto do sindicato fez suas considerações e Dra. Luciana destacou que o projeto nasceu de uma construção coletiva, num ambiente horizontal, envolvendo todos os personagens e que durante a implantação teremos as arenas para a modelagem da proposta e em que todos possam colocar suas visões, ainda que sejam visões antagônicas, mas que demonstrem a preocupação com o projeto. Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni, Juíza Federal**
Diretora do Foro da Seção Judiciária de São Paulo, em 17/10/2019, às 12:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5196097** e o código CRC **3FE92396**.